

## **Práticas da psicologia com ofensores sexuais privados de liberdade: o que revelam os artigos brasileiros?**

**Psychology practices involving sexual offenders deprived of their freedom: what do Brazilian articles reveal?**

**Amailson Sandro de Barros, Isabella Moimaz Ferraz,  
Kamilla Clausen da Silva**

**Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)**

**Resumo.** Este trabalho de revisão bibliográfica buscou identificar e analisar estudos que abordaram o trabalho da psicologia com ofensores sexuais privados de liberdade. A busca e seleção do material foi realizada a partir da “garimpagem manual”, nas bases de dados Scielo e Pepsic, no período de 2010 a 2018. Quatro artigos foram selecionados, indicando baixo número de publicações sobre o tema. A análise destes indicou que há o predomínio de práticas que se utilizaram de abordagem individual e de testes psicológicos com o objetivo de caracterizar a personalidade desses ofensores e a construção de metodologia de atendimento psicoterapêutico. Os estudos também possibilitaram encontrar as justificativas dadas pelos ofensores sexuais à violência perpetrada, revelando o perfil de suas vítimas e as especificidades dessa violência. Majoritariamente, as vítimas foram crianças e adolescentes do sexo feminino, vitimizadas por pessoas de seu núcleo e vínculo familiar (pais, padrastos e tios).

**Palavras-chave:** contexto prisional; ofensores sexuais; psicologia; práticas psicológicas; violência sexual

**Abstract.** This bibliographic review intends to identify and analyze studies that addressed the work of psychology with sexual offenders deprived of liberty. A search and selection of material was carried out using the “manual prospection”, in the Scielo and Pepsic databases, from 2010 to 2018. Four articles were selected, what indicates a low number of publications on the issue. An analysis of these papers indicates that there is a preponderance of clinical practices that use individual approaches and psychological tests, in order to characterize the personality of these offenders and the assembling of a psychotherapeutic care methodology. Studies also helped finding the defenses alleged by the harassers to sexual offensive attitudes, revealing the profile of their victims and the particularities of this violence. Mostly, the

victims were female children and adolescents, who were harassed by people from their inner and family or relatives (parents, stepparents and uncles).

**Keywords:** prison context; sexual offenders; psychology; psychological practices; sexual violence

## Introdução

Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição 2019, indicaram que no ano de 2018 foram registrados no país 66.041 casos de violência sexual. Desse total de casos, 81,8% das vítimas eram do sexo feminino, sendo que 53,8% delas tinham idade de até 13 anos. Segundo o referido documento, em 2018, quatro meninas de até 13 anos foram estupradas por hora no Brasil. A média geral de estupros registrada foi de 180 casos por dia. Os números apresentados indicam que a violência sexual, no contexto brasileiro, continua se configurando como um grave problema social e de saúde pública, que tem caráter de gênero. Todavia, os dados apresentados ainda não revelam toda a extensão da problemática.

Na realidade brasileira e mundial, muitas situações de violência sexual sequer são notificadas aos órgãos públicos e às autoridades competentes, responsáveis pelo atendimento e acompanhamento de pessoas em situação de violência. A subnotificação contribui para a invisibilidade da violência sexual e seu silenciamento social. Notificá-la é uma estratégia que se soma às diversas possibilidades de seu enfrentamento. Notificar a violência sexual pode contribuir para a criação e implantação de políticas públicas mais amplas e coerentes com a realidade das populações.

Ao lado disto, a literatura também sinaliza a importância de práticas de intervenção com homens que cometem qualquer tipo de violência sexual. Dentre essas práticas possíveis, os estudos citam como exemplo: a realização de atendimentos psicoterapêuticos, psicoeducativos, reflexivos, de reabilitação e de reeducação, que podem ocorrer na modalidade individual ou em grupo (Beiras, Nascimento & Incrocci, 2019; Esber, 2009; Sanderson, 2008; Santos, Esber & Santos, 2009). Porém, tais práticas são incipientes no Brasil e consideradas necessárias pelo Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2013) e Lei n.11.340/06 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha. A implantação de programas que realizem trabalhos de intervenção com quem praticou qualquer tipo de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, não significa desresponsabilização judicial e criminal pela violência praticada.

O Código Penal Brasileiro, em consonância com a Constituição Federal, considera, por exemplo, o estupro e o atentado violento ao pudor como crimes hediondos - não passíveis de fiança, indulto ou diminuição da pena prisional por bom comportamento. Entretanto, a judicialização, pela via

enfática da punição e do encarceramento, não tem se configurado, por si só, estratégia suficiente para diminuir o número de novos casos de violência sexual e de reincidências (Domingues & Costa, 2016; Esber, 2009; Valente & Lopes, 2015).

Para Costa et al (2014), Esber (2009) e Moraes e Ribeiro (2012), o trabalho de intervenção da Psicologia com homens que praticaram violência sexual pode contribuir para a compreensão contextualizada de seus processos de subjetivação e objetivação e com isso auxiliar na elaboração de ações educativas e de prevenção, podendo movimentar mudanças no fluxo de atendimento e no entendimento dessa violência. Para lograr êxitos, as práticas deverão compreender e abarcar a totalidade histórica, social e cultural que se impõem à compreensão do real.

De acordo com a resolução 009/2010, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o trabalho da Psicologia em contexto prisional assume ética e politicamente o compromisso com a garantia dos Direitos Humanos, Saúde e Cidadania dos sujeitos encarcerados, não ficando restrito à emissão de laudos e pareceres técnicos oriundos restritamente de avaliações psicológicas.

Em pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2012), as principais atividades realizadas pelas(os) profissionais de psicologia no sistema prisional brasileiro são: grupos reflexivos, oficinas de arte e cultura, ações de prevenção de saúde mental, avaliações psicológicas, elaboração de laudos, relatórios e pareceres, acompanhamento extramuros e atenção psicológica.

Considerando essas possibilidades de trabalho da Psicologia dentro das prisões brasileiras, buscamos, no presente estudo, identificar e analisar as práticas desenvolvidas por psicólogas(os) junto aos homens privados de liberdade por terem cometido violência sexual. Entendemos que o estudo em tela contribuirá para o mapeamento e a compreensão crítica dessas práticas, mostrando-se relevante ao trabalho da Psicologia em situações de violência sexual.

## **Método**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, realizada a partir de artigos publicados e disponibilizados on-line nas plataformas eletrônicas dos periódicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (Pepsic). A busca dos artigos considerou os seguintes critérios de inclusão: (1) periódicos relacionados às áreas de psicologia, psiquiatria, educação, serviço social, saúde pública, saúde coletiva e enfermagem; (2) artigos publicados em português entre os anos de 2010 a 2018; (3) versão completa do manuscrito disponível para leitura; e (4) estudos empíricos realizados pela psicologia com homens privados de liberdade por terem cometido violência sexual. Adotamos como

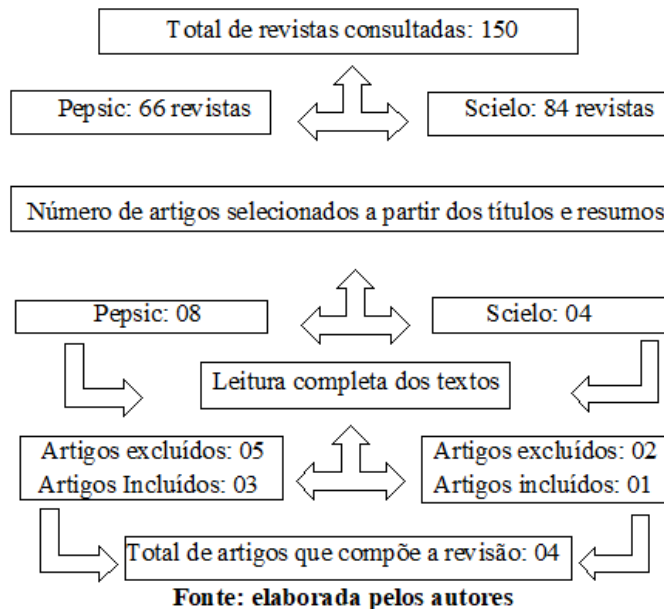
critérios de exclusão, textos que apresentavam resultados de intervenções realizadas fora do contexto prisional, capítulos de livros, resenhas de teses e dissertações. Os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez.

A estratégia utilizada para o levantamento dos artigos foi a “garimpagem manual” (Barros, 2016; Cunha, 2008; Freitas & Viana, 2018; Freitas & Weiland, 2014; Romanelli, 2013). Seguindo as premissas da garimpagem manual, não foram estipuladas palavras-chave para a busca de artigos disponíveis nas duas plataformas. Tal estratégia considera que nem sempre os descritores adotados para a busca dos artigos relacionados à questão de pesquisa expressam devidamente as terminologias utilizadas pelos autores dos artigos (Romanelli, 2013; Freitas & Viana, 2018).

Sendo assim, a busca ocorreu manualmente, respeitando as seguintes etapas: 1) escolha das plataformas eletrônicas para a busca e coleta de dados; 2) seleção dos periódicos disponíveis nas plataformas de acordo com os critérios de inclusão; 3) abertura de cada periódico para leitura dos sumários de todos os volumes e números disponíveis; 4) seleção dos artigos a partir de seus títulos, desde que indiquem alguma ligação com a temática da pesquisa; 5) leitura dos resumos dos artigos selecionados com o objetivo de filtrar os que realmente se encaixam na temática da revisão; 6) leitura completa dos artigos selecionados e 7) sistematização e extração dos dados para análise (Barros, 2016; Freitas & Viana, 2018; Freitas & Weiland, 2014).

Ao todo foram selecionadas 150 revistas, sendo 66 da plataforma Pepsic e 84 da plataforma Scielo. As revistas analisadas tiveram todos os seus volumes e números publicados no intervalo do recorte temporal determinado para este estudo.

A busca resultou em apenas sete artigos, sendo cinco encontrados na plataforma Pepsic e dois encontrados na base Scielo. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foi obtido o total de quatro artigos (Figura 1). Desses, três foram encontrados na base Pepsic e um na base Scielo.

**Figura 1.** Percurso de seleção dos artigos nas bases de dados

Todas as etapas de busca, seleção e leitura dos artigos foram realizadas por dois pesquisadores independentes. Casos discordantes foram resolvidos por intermédio de um terceiro pesquisador (Pereira & Galvão, 2014). Para controle dos dados, foi criada uma planilha de identificação no *software Microsoft Excel* contendo: título do artigo, nome dos autores, objetivos do estudo, tipo de intervenção realizada, abordagem(ns) teórica(s) utilizada(s) na escrita do artigo, descrição dos participantes, instrumentos utilizados na intervenção, principais achados e conclusões do estudo. Essa divisão facilitou a comparação entre os artigos e o processo de categorização temática.

Para análise dos dados, respeitamos os seguintes momentos: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados e interpretação. A pré-análise se refere à fase do contato com o material bruto, leituras e demarcações do que será analisado. Na etapa de exploração do material ocorre a codificação dos dados. Na terceira etapa ocorre a categorização temática e sua interpretação (Caregnato & Mutti, 2006).

## Resultados

### *Práticas realizadas pela psicologia*

Neste trabalho, consideramos como práticas da psicologia, ações desenvolvidas por psicólogas(os) que atuam e exercem suas funções diretamente no sistema prisional brasileiro ou que a ele se vinculam via

pesquisas acadêmicas cujas metodologias apresentem o contato direto com os homens privados de liberdade por terem cometido violência sexual (Tabela 1 e Tabela 2).

No que tange ao local onde as práticas realizadas foram realizadas, os dados obtidos revelam que elas ocorreram em três penitenciárias (Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012) e em um centro de ressocialização (Casarin, Botelho & Ribeiro, 2016). Todas as práticas foram realizadas por profissionais pesquisadores de universidades públicas e/ou privadas (Tabela 01).

Tabela 1 – Caracterização dos artigos – parte I

Referência	Local de atuação das (os) autoras (es)	Local da realização do estudo	Objetivos	Tipo de estudo
Café e Nascimento (2012)	Universidade Privada	Penitenciária	Criar uma metodologia de atendimento psicoterapêutico para ser realizada com tal população	Empírico, qualitativo
Casarin, Botelho e Ribeiro (2016)	Universidade Pública e Privada	Centro de Ressocialização	Avaliar características psíquicas dos autores de violência sexual	Empírico, quantitativo
Scortegagna e Amparo (2013)	Universidade Pública e Privada	Penitenciária	Avaliar características psíquicas comuns aos autores de violência sexual	Empírico, quantitativo
Zúquete e Noronha (2012)	Universidade Pública	Penitenciária	Entender os significados das agressões sexuais de crianças e adolescentes através do discurso dos agressores, comparando com os depoimentos das vítimas	Empírico, qualitativo

Fonte: elaborada pelos autores

A realização de entrevistas individuais (Zúquete & Noronha, 2012) juntamente com aplicações de testes projetivos como o *Rorschach* (Scortegagna & Amparo, 2013), o *House-Tree-Person Test* (HTP) ou Teste do Desenho da Casa – Árvore – Pessoa (Casarin et al., 2016), bem como,

práticas de sessões terapêuticas, seguindo o modelo clínico individual (Café & Nascimento, 2012), foram técnicas empregadas para a coleta de dados nas pesquisas.

As abordagens psicológicas utilizadas nos estudos foram a Psicanálise (Casarin et al, 2016; Scortegagna & Amparo, 2013) e o Psicodrama (Nascimento & Café, 2012). O trabalho de Zúquete e Noronha (2012), por sua vez, não apresentou uma abordagem psicológica específica (Tabela 02).

Tabela 2. Caracterização dos artigos – Parte II

Referência	Abordagem teórica	Modalidade de coleta de dados	Instrumento	Número de participantes
Café e Nascimento (2012)	Psicodrama	Individual	Entrevista de história de vida e técnicas psicodramáticas	06
Casarin et al. (2016)	Apresenta fundamentos da psicanálise	Individual	Entrevista semidirigida e Desenho da Figura Humana (análise pelo HTP).	10
Scortegagna e Amparo (2013)	Apresenta fundamentos da psicanálise	Individual	Método de Rorschach no Sistema Compreensivo e Análise de documentos (informações sociodemográfica)	03
Zúquete e Noronha (2012)	Não específica	Individual	Entrevista individual e análise documental do processo judicial	08

Fonte: elaborada pelos autores

Conforme tabela 2, destacamos que os estudos que envolveram a realização de entrevista e a aplicação de teste (Casarin et al. 2016; Scortegagna e Amparo, 2012; Zúquete e Noronha, 2012) tiveram seus dados coletados a partir de um único encontro das(os) pesquisadoras(es) com os participantes dos estudos. O estudo cujo contato ocorreu de maneira mais frequente e prolongada foi o de Café e Nascimento (2012). Neste estudo, ocorreram sessões semanais com os participantes, durante oito meses. O tempo de duração de cada sessão foi de 50 minutos.

Para Café e Nascimento (2012), a possibilidade de uma escuta psicológica dos homens que praticaram violência sexual e de seus sofrimentos, como forma de compreender as implicações desta violência

para o processo de subjetivação desses homens é uma tarefa necessária à Psicologia. Porém, a forma como essa escuta psicológica se efetiva no estudo em tela se mostra a-histórica, com foco no indivíduo e sua categorização.

Em que pese a defesa e a preocupação dos autores dos artigos selecionados, pela urgência de trabalhos psicoterapêuticos como esses homens, acreditamos que ações focais e individuais, que tendem exclusivamente para a patologização e psicologização do fenômeno, em nada acrescenta ao desenvolvimento de uma sociedade e de relações humanas emancipadas e livres de qualquer forma de violência. Concordamos com Esber (2009) quando esta afirma que na sociedade em que vivemos e da forma como ela é organizada, não é possível uma profilaxia considerando somente o sujeito individual e ausente do debate da relação dialética sujeito-sociedade.

Não podemos negligenciar que a sociedade em que vivemos, faz uso de estudos e de instrumentais da Psicologia enquanto ciência e profissão, como estratégia também de naturalizar, padronizar e psicologizar questões e situações que se relacionam ao projeto social burguês e à conservação da desigualdade social das mulheres perante os homens. Não é, portanto, surpresa, como veremos a seguir, que os artigos encontrados e apresentados nesta revisão bibliográfica abordem a violência sexual a partir de aspectos imediatos, convertendo aquele que a praticou à um perfil psicológico. Ao focar na explicação dos comportamentos violentos como algo relacionado à psiquiatria e à criminalização, sem aprofundar na compreensão de que a violência sexual é um problema social e ético-político mediado por várias determinações histórico-culturais, os estudos operam no plano da imediaticidade e da aparência dos fatos.

Destacamos que o uso de instrumentos e de avaliações psicológicas, sem considerar o entendimento sócio-histórico que marca as relações de sexo e de gênero na sociedade capitalista, tende a particularizar e cristalizar a figura de quem praticou a violência, dando explicações assentadas em problemas individuais. Com isso, aspectos histórico-culturais, que atuam como mediadores e determinantes das expressões da violência sexual, acabam ficando ausentes desses estudos.

#### *Sobre os ofensores sexuais: Características pessoais e justificativas para a violência sexual praticada*

Embora não se possa traçar um perfil fidedigno das características psicológicas de quem comete qualquer tipo de violência sexual, os estudos listaram algumas que foram recorrentes: a) representação distorcida da realidade (Casarin et al. 2016; Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012), b) dificuldade em controlar os impulsos sexuais (Casarin et al, 2016; Café & Nascimento, 2012; Zúquete



& Noronha, 2012), c) dificuldade em construir relações interpessoais (Casarin et al., 2016; Scortegagna & Amparo, 2013) e d) autoestima rebaixada (Casarin et al. 2012; Scortegana & Amparo, 2013).

Conforme indicamos na tabela 3, os estudos de Casarin et al. (2016) e de Scortegagna e Amparo (2013) - a partir de resultados obtidos pela aplicação dos testes HTP e do *Rorschach*- destacaram também outras características da personalidade de seus participantes de pesquisa.

**Tabela 3. Características da personalidade dos ofensores sexuais**

Casarin et al. (2016)	Scortegagna e Amparo (2016)
Teste HTP	Teste <i>Rorschach</i>
- Confusão no desempenho do papel social	- Dificuldade em abstrair papeis e funções sociais
- Desequilíbrio de personalidade	- Baixa autoestima
- Dificuldade de lidar com impulsos presentes no corpo	- Prejuízos na autoimagem
- Negação dos impulsos sexuais	- Baixo juízo autovalorativo
- Recusa da realidade	- Distanciamento interpessoal
- Dificuldade de relacionamento interpessoal	- Inabilidade empática
- Conflito interpessoal e/ou sexual	- Dificuldade de estabelecer vínculos sociais e afetivos
- Agressividade	- Dificuldades no ajustamento perceptivo
- Contato pobre com a realidade	- Prejuízos no teste de realidade
- Busca de satisfação imediata de suas necessidades	- Crença de que a criança pode obter avanços e benefícios com a interação e a intimidade sexual

Fonte: Casarin et al. (2016) e Scortegagna e Amparo (2016)

No estudo de Zúquete e Noronha (2012), os homens atribuíram exclusivamente às vítimas a responsabilidade pela violência que elas sofreram. Afirmando que elas os seduziram e facilitaram as condições para que as práticas sexuais ocorressem. Os participantes do estudo se colocaram como vítimas da dinâmica que ensejou a violência sexual praticada. Ora pela justificativa de que essa violência tinha sido motivada por influências espiritual de seres sobrenaturais (demônios), ora pelo argumento de que o ato sexual não tinha sido forçado, portanto, não deveria se configurar como violência sexual.

Os estudos também indicaram que esses homens minimizaram ou ignoraram as consequências psicossociais da violência sexual e suas repercussões para a vida cotidiana de suas vítimas. A argumentação de que, quando consentida, a violência sexual não acarretaria sofrimento às vítimas foi uma justificativa recorrente, utilizada pelos participantes como

tentativa de invisibilizar os impactos psicossociais dessa violência para as vítimas e para si mesmos (Café & Nascimento, 2012; Scortegana & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012). Na opinião desses estudos, esse tipo de argumentação dos participantes busca invisibilizar os impactos psicossociais da violência sexual para as vítimas. Porém, destacamos que os mesmos discursos evidenciam, a materialização do sistema patriarcal e machista, que criminaliza as vítimas atribuindo-lhes a culpa pela violência sofrida.

Não podemos desviar a atenção do fato de que o patriarcado e o machismo não resultam de traços psicológicos ou de características da personalidade, mas são frutos de condições históricas e sociais, portanto, não são naturais.

Em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, a não denúncia das vítimas foi entendida pelos homens que participaram dos estudos como sinal de consentimento para as práticas sexuais (Café & Nascimento, 2012; Zúquete & Noronha, 2012). Tal argumento adotado pelos participantes desconsiderou outros fatores que estão envolvidos na não revelação e na não denúncia das vítimas (Casarin et al, 2016; Zúquete & Noronha, 2012) tais como: o medo, a vergonha, as ameaças, as barganhas, as relações de poder assimétricas, o domínio do masculino/adulto sobre o feminino/infantil, a falta de segurança e de apoio familiar e até o desconhecimento da vítima sobre como, para quem e onde realizar a denúncia (Esber, 2009; Marra, 2016).

### *Sobre as especificidades da violência sexual e o perfil das vítimas*

A violência sexual que se apresentou predominante nos estudos foi a do tipo intrafamiliar (Casarin et al., 2016; Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012), ou seja, aquela em que os ofensores possuíam “relação de consanguinidade, afinidade ou de simples responsabilidade com a vítima” (Zúquete & Noronha, 2012 p. 1358). Esses estudos indicaram que as vítimas eram filhas, enteadas, sobrinhas, ou mantinham laços de amizade com seus ofensores (Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012). Estes dados corroboraram com a literatura, ao indicarem a prevalência de violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino (Araújo et al., 2019; Esber, 2009; Hoffmeister, 2013; Marra, 2016). Apenas o estudo de Café e Nascimento (2012) pontuou a violência sexual contra meninos.

Sobre as idades das vítimas, estas tinham entre dois a 14 anos (Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012). Informação que corrobora dados apresentados pelo 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019) que indicam que do total de 66.041 registros de violência sexual,

53,8% tinham até 13 anos. Ainda de acordo com este Anuário, 50,9% das vítimas eram negras. Segundo o documento Panorama da Violência contra Mulheres no Brasil, o índice de notificações de violência contra mulheres negras é quase o dobro das notificações envolvendo mulheres brancas (Observatório da Mulher Contra a Violência [OMV], 2018).

Quando uma parcela significativa de vítimas de violência sexual é composta por crianças, adolescentes e mulheres negras temos que reconhecer que essa violência tem cor e se materializa, principalmente, em corpos negros. Sem estigmatizações, tornar visível e problematizar esta relação, como uma das forças estruturantes da sociedade capitalista e patriarcal, pode contribuir para estratégias de enfrentamento ético-político dessa violência e potencializar a criação de políticas públicas que atendam a realidade brasileira a partir de suas singularidades e particularidades. Entretanto, os artigos encontrados não abordaram a questão étnico-racial das vítimas. A falta dessa reflexão, em nossa análise, demonstra o quão distante as determinações que envolvem o fenômeno da violência sexual no contexto brasileiro ficaram das intervenções realizadas com os homens privados de liberdade por terem cometido violência sexual, mantendo-se, portanto, despolitizadas.

Nos casos de violência sexual que resultaram em gravidez precoce (Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012), esta contribuiu para a revelação e denúncia da violência sofrida às autoridades competentes. No estudo de Scorteganga e Amparo (2013), foi observado que as adolescentes grávidas foram vítimas recorrentes de violência sexual desde tenra idade (seis ou sete anos). Dentro do patriarcado, a gravidez precoce expressa mais uma faceta da violência de gênero.

Zúquete e Noronha (2012) também apresentaram, sem se aprofundar no assunto, as condições econômicas e sociais das meninas vítimas de violência sexual. No referido estudo, as vítimas são caracterizadas como pertencentes a famílias que viviam em situações financeiras precárias, o que aumentava a vulnerabilidade de exposição a situações de risco e de exploração sexual.

Destacamos que a pobreza é uma face da questão social. Ela impacta o desenvolvimento psicossocial e os processos de desigualdades e de opressões. Entretanto, é importante sempre destacarmos que a violência sexual é um fenômeno que ocorre em todas as classes sociais, independentemente de condições econômicas, culturais e religiosas. O cuidado para não culpabilizar a pobreza e estigmatizar famílias e comunidades que sobrevivem em condições precárias, vítimas primeiramente de violência estrutural, deve sempre ser destacado como postura ético-política necessária a todo e qualquer estudo que leve a cabo o tema da violência em suas diversas formas de manifestações na vida cotidiana. Para isso é preciso incluir que a pobreza também deve ser enfrentada e superada em sua estrutura social e política como forma de

ampliar a luta por uma sociedade sem violências e de relações sociais e afetivas solidárias e justas.

### **Discussão**

Os resultados alcançados indicaram a escassez de publicações de trabalhos brasileiros desenvolvidos com ofensores sexuais privados de liberdade. Os poucos estudos encontrados nesta revisão estiveram diretamente ligados aos interesses de pesquisas acadêmicas de universidades públicas e/ou particulares que objetivaram contribuir para o entendimento da personalidade dos ofensores sexuais e para a categorização desses sujeitos.

A ênfase dada ao trabalho individual com os ofensores remeteu às práticas assentadas em aspectos clínico-diagnósticos, que na busca por características psicométricas comuns a este público (Café & Nascimento, 2012; Casarin et al., 2016; Scortegagna & Amparo, 2013) focaram na psicologização e na patologização da personalidade. Embora tais estudos interpretativos das características psicopatológicas possam trazer algum tipo de contribuição para a compreensão sobre os homens que cometem violência sexual, as discussões lançadas pelos autores assentam-se em concepções idealistas e de significados abstratos. Por isso, não se aprofundam em reflexões sobre as questões sociais e culturais mediadoras da violência sexual em uma sociedade capitalista, machista e patriarcal. A historicidade e a ideologia que incide sobre o processo de constituição da personalidade dos ofensores sexuais, não é, portanto, apreendida em sua concretude.

Sendo assim, o estabelecimento de categorias diagnósticas e de perfis psicológicos, sem a compreensão da dialética presente nas relações sociais e nas condições subjetivas se tornou limitado. Localizar e cristalizar as expressões da violência sexual, a partir da personalidade dos homens participantes dos estudos e de suas características psicológicas - sem imbricar-se com as questões que consubstanciam essa sociedade e incidem sobre o processo de personalização- apenas tem como contribuição o fortalecimento do processo de patologização de fenômenos que são sociais, além de reforçar estereótipos.

É válido ressaltarmos que o desenvolvimento da personalidade não ocorre dissociado de dimensões sociais e históricas mais amplas, nas quais esses homens e suas vítimas estão inseridos. Concordamos com Martins (2011, p.91-92) quando diz que “a personalidade é resultante da síntese de aspectos objetivos e subjetivos, produto da atividade individual condicionada pela totalidade social, constituindo-se como autoconstrução da individualidade graças à atividade e consciência historicamente construídas.” Corroboramos, também, com o estudo de Esber (2009, p.61),

ao verificarmos que: “Pesquisa-se esse sujeito, mas raramente menciona-se o tipo de sociedade que o constitui como tal.”

Assim como Esber (2009), pudemos observar a necessidade de os estudos articularem e reconhecerem a relação dialética indivíduo-sociedade e a vinculação dessa relação para a compreensão da (re)produção social do fenômeno da violência sexual e dos sujeitos que a cometem. A violência sexual é permeada por uma cultura patriarcal dominante, estruturalmente machista e racista, porém os artigos não se aprofundaram nestas questões.

Do nosso ponto de vista, ainda há, a despeito das diferenças entre os aportes teórico-metodológicos adotados nos artigos e nas práticas profissionais da Psicologia encontradas neste estudo, um compromisso histórico com os ideais de manutenção da sociedade capitalista e uma relativa – quando não ausente - defesa pela mudança social. Nessa sociedade, movida pelos interesses do capital, as escolhas individuais são defendidas *a priori* para, a partir delas, acobertar desigualdades estruturais entre homens e mulheres, adultos e crianças, classe trabalhadora e burguesia. Dessa forma, a via da psicologização e patologização da violência sexual e daqueles que a praticam serve para manter os interesses dessa sociedade e reforçar o “individualismo possessivo” (Parker, 2014).

Conforme Parker (2014), tais estratégias são essenciais e necessárias ao capitalismo para confirmar, via a Psicologia, “que há alguma coisa errada com a natureza humana” (p.14). As práticas encontradas nos estudos aqui apresentados centram-se na figura de um sujeito universal. Buscam assim, de certa forma, igualar o perfil de todos os homens que praticam a violência sexual e intensificar a experiência como algo interno do indivíduo. É necessário ir além. Ao distanciarem-se das origens do problema, tais práticas operam sobre o terreno da despolitização da violência sexual. Algo que é próprio da psicologia dominante.

Martín-Baró (1990) indica que para uma compreensão crítica de qualquer tipo de violência devemos considerar quatro fatores de análise: a estrutura formal do ato violento, o aspecto pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico. Agregar esses fatores à práxis da psicologia, pode ser um ganho à análise da violência sexual e às práticas de intervenção com os homens privados de liberdade.

Segundo o autor, a estrutura formal da violência diz respeito à finalidade e ao caráter instrumental da violência na vida cotidiana das pessoas. O aspecto pessoal se refere às características psicossociais da pessoa ou grupo que pratica a violência, considerando na formação desse aspecto as circunstâncias sociais e históricas. O contexto possibilitador envolve dimensões imediatas e as mediações – que são as expressões históricas das relações sociais e do existir da humanidade. O fundo ideológico da violência engloba o conjunto de valores e de racionalizações

que justificam os atos violentos praticados a partir dos interesses de quem detém o poder.

No âmbito do capitalismo e do patriarcado, a violência sexual – somada à divisão social entre os sexos e à divisão de classes sociais- é uma das marcas concretas de subordinação e da desigualdade das mulheres, crianças e adolescentes ao poderio dos homens adultos. É preciso mais para sua erradicação. Exige uma nova sociabilidade, com novas bases ideológicas e culturais, que não estejam centradas na lógica da propriedade privada, que transforma os corpos femininos e infantis em objetos/mercadorias de satisfação sexual do homem/adulto, e alvo das mais diversas formas de opressão.

As tentativas dos homens em responsabilizar e culpabilizar as vítimas pela violência sexual (Café & Nascimento, 2012; Scortegagna & Amparo, 2013; Zúquete & Noronha, 2012), para além do esforço em colocar a figura da criança e do adolescente com seres sedutores e com maturidade sexual compatível a dos adultos (Esber, 2009), revelam que a sociedade em que vivemos não é melhor para assegurar a vida e o pleno desenvolvimento humano. Ressaltamos que essa cultura perpetua normas sociais adultocêntricas e a formação de masculinidades associadas à posse, ao controle e ao domínio do homem adulto, macho, forte e branco.

Nesse sentido, reflexões sobre gênero, classe e raça/etnia são urgentes e fundamentais para a realização de práticas de intervenção comprometidas com o fim da violência sexual e as desigualdades que a sustentam. Para esta luta, é imprescindível intervenções que ultrapassem a realidade imediata e estabeleçam nexos com as mediações e as determinações históricas dessas situações que geram e mantêm expressões de violência em nossa sociedade.

Conforme foi demonstrado linhas atrás, identificamos nos artigos - encontrados para esta revisão- análises sobre o fenômeno da violência sexual que escapam às mediações históricas e às sequelas da questão social. A violência sexual não é tomada em sua totalidade, sendo problematizada a partir dos perfis psicológicos e traços de personalidade dos homens que a praticaram. Isso tende para a valorização procedimental do trabalho da Psicologia em situações de violência sexual que contribuem, muito mais, para obscurecer os antagonismos estruturais e as contradições sobre a realidade em detrimento de apreendê-la em sua essência.

### **Considerações finais**

Algumas considerações possíveis surgem do presente estudo e são sintetizadas a partir dos seguintes aspectos: a) predomínio de uma atuação em Psicologia permeada por uma aceção positivista - que vem se reproduzindo desde sua emergência como ciência e profissão; b) ênfase na

caracterização do perfil psicológico de homens que cometem violência sexual; c) fragmentação da realidade; d) práticas orientadas pela racionalidade do domínio de instrumentos e técnicas projetivas restritas à apreensão fenomênica e aparente da violência sexual; e) atendimentos preferencialmente focalizados na perspectiva clínica, f) ausência de práticas psicossociais ou psicoeducativas; e g) ausência de reflexões libertárias sobre gênero, masculinidades, patriarcado, machismo e questões étnico-raciais - elementos que são consubstanciais à sociedade capitalista e que necessitam ser apreendidos em sua essência para que haja uma compreensão ampla das possibilidades concretas de responsabilização em casos de violência sexual e a construção de projetos para erradicá-la.

Defendemos que a superação de todas as formas de violência, que se manifestam na vida cotidiana das pessoas e das comunidades - a exemplo da violência sexual - deve estar atrelada ao combate dessa sociedade capitalista e de seus valores patriarcais, sexistas e machistas. Colocar fim à ideologia e ao sistema sócio-econômico dominante, que violenta corpos femininos e infanto-juvenis - na sua maioria corpos negros- deve ser compromisso ético-político de práticas e de intervenções que estejam preocupadas com a emancipação humana e a erradicação da violência. Superar a violência sexual, neste sentido, não pode estar distante da luta pelo fim da sociedade dividida em classes sociais.

Em que pese os esforços dos artigos analisados em oferecer descrições e elementos para identificação de possíveis características que formam o perfil psicológico dos homens que praticaram e/ou praticam a violência sexual, estas não contribuem efetivamente para a formulação de intervenções para a sua superação e mesmo reincidência de casos. Os conteúdos trazidos pelos quatro artigos indicaram que as reflexões suscitadas pelos autores foram coerentes com suas perspectivas teórico-metodológicas e princípios positivistas.

A predominância pela abordagem individual, valendo-se principalmente de entrevistas e testes psicológicos, sugere ações pautadas em raízes tradicionais da atuação psicológica e do processo histórico de psicologização, muito presente ainda na literatura hegemônica que a trata da violência sexual.

O número limitado de artigos brasileiros que versam sobre práticas da Psicologia com homens privados de liberdade por terem cometido violência sexual indica a necessidade de realização de pesquisas empíricas no contexto brasileiro como forma de contribuir para o acúmulo de conhecimento sobre a temática. Observamos que nenhum dos estudos selecionados para esta revisão foi identificado como resultado de práticas ou pesquisas diretamente desenvolvida por psicólogas(os) do sistema prisional. Todos os estudos foram realizados por pesquisadores universitários e motivados pela ordem da necessidade acadêmica e

curiosidade científica. Entretanto, não podemos afirmar que as(os) psicólogas(os) do sistema prisional brasileiro não estejam produzindo intervenções e práticas de atendimento com este público, no dia a dia de suas atuações. Futuros estudos poderão se debruçar sobre isso e verificar empiricamente a existência ou não dessas intervenções e práticas, elencando seus principais resultados, potencialidades e desafios.

Concluindo, reconhecemos que o presente estudo apresenta limitações, pois, a busca de materiais publicados sobre a temática foi limitada à garimpagem de artigos nacionais disponíveis nas plataformas eletrônicas Scielo e Pepsic. Para novas pesquisas, sugerimos a inclusão de estudos internacionais e a ampliação das bases de dados, inserindo, por exemplo, MedLine, PsycInfo, Scopus, Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A inserção de capítulos de livros e de trabalhos completos publicados em anais dos principais eventos científicos (nacionais e internacionais) de Psicologia também se mostra um caminho possível e viável para a continuação do estudo.

## Referências

- Araújo, G., Ramos, M.; Zaleski, T., Rozin, L. & Sanches, L.C. (2019). Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná – Brasil. *Rev. Espaço para a Saúde*. Curitiba, 20(2), 42-54. Consultado em 18 de janeiro de 2020 em <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1046410/4revisado-rev-esp-para-saude-652-1371-1-ed.pdf>
- Barros, A. S. (2016). *Pais e violência contra filhos: dimensões psicossociais e educativas sobre grupos a partir de experiência no CREAS* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, PR, Brasil.
- Beiras, Adriano, Nascimento, Marcos, & Incrocci, Caio. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262-274. Consultado em 30 de janeiro de 2020 em <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-262.pdf>
- Café, M. B., & Nascimento, N. I. D. (2012). O psicodrama e o atendimento aos autores de violência sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 20(2), 127-139. Consultado em 14 de março de 2019 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v20n2/a09.pdf>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto enfermagem*, 15(4), 679-84.



- Casarin, J. M., Botelho, E. H. L., & Ribeiro, R. K. S. M. (2016). Ofensores sexuais avaliados pelo Desenho da Figura Humana. *Avaliação Psicológica*, 15(1), 61-72. Consultado em 20 de março de 2019 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v15n1/v15n1a08.pdf>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F. & Stroher, L. M. C. (2014). Violências e Violências: as relações familiares do adolescente ofensor sexual. In L. C. A. Williams & L. F. Habigzang (Ed.), *Crianças e adolescente vítimas de violência: prevenção, avaliação e intervenção* (pp.125-142). Curitiba: Juruá.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2012). *Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no sistema prisional*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP.
- Cunha, R. R. S. (2008). *Um estudo psicossocial sobre a vida e as aspirações de mulheres com mais de setenta anos na cidade de Curitiba* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Curitiba, PR, Brasil.
- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2016). O Adolescente em Situação de Ofensa Sexual: proteção e responsabilização para evitar a reincidência. *Revista Psicologia Política*, 16(36), 139-151. Consultado em 26 de maio de 2019 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a02.pdf>
- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cànone Editorial.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). *Anuário brasileiro de segurança pública*. Edição 13. São Paulo, SP, Brasil. Consultado em 03 abril de 2020 em [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)
- Freitas, M. F. Q., & Viana, D. W. (2018). A importância da revisão sistemática de literatura – o percurso da “garimpagem” manual em periódicos especializados. Ousar educar: por uma Educação comprometida com o outro. *Caderno de Resumos. XXX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE)*/ organizado por Elisângela Alves da Silva Scaff; Camila Maria Bortot; Rosângela Santos. Curitiba, p. 78.
- Freitas, M. F. Q., & Weiland, R. L. (2014). Música e projetos sociais e comunitários: o que as publicações da ABEM têm revelado? In J. S. Souza, M. Kleber, A. D. Nascimento, M.F.Q. Freitas, R.L. Weiland, E. M. Maciel, & V.M.Fialho (Ed.), *Música, Educação e Projetos Sociais* (pp. 63-94). Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Hoffmeister, M. (2013). *Entre quatro paredes: a intervenção profissional do assistente social na tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

- Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Consultado em 02 de fevereiro de 2020 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Marra, M. M. (2016). *Conversas criativas e abuso sexual: uma proposta de atendimento psicossocial*. São Paulo: Ágora Editora.
- Martín-Baró, I. (1990). *Acción e ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. (4.ed.) San Salvador: UCA Editores.
- Martins, L. M. (2011). *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Moraes, A. F., & Ribeiro, L. (2012). As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (11), 37-58. Consultado em 10 de dezembro de 2019 em <https://www.scielo.br/pdf/sess/n11/a03n11.pdf>
- Observatório da Mulher Contra a Violência, (2018), *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*, N. 2, Brasília: Senado Federal. Consultado em 06 de novembro de 2019 em <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Pereira, M. G., & Galvão, T. F. (2014). Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(2), 369-371. Consultado em 04 de novembro de 2019 em <https://www.scielo.br/pdf/ress/v23n2/1679-4974-ress-23-02-00369.pdf>
- Resolução Nº 009, de 29 de julho de 2010.* Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Romanelli, B. M. B. (2013). *O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em Educação, Curitiba, PR, Brasil.

- Sanderson, C. (2008). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Santos, B. R. dos, Esber, K. M., & Santos, I. B. C. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- Scortegagna, S. A., & do Amparo, D. M. (2013). Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 12(3), 411-419. Consultado em 30 de novembro de 2019 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n3/v12n3a16.pdf>
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília: SDH-PR. Consultado em 11 de novembro de 2019 em [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08\\_2013\\_pnev\\_sca.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnev_sca.pdf)
- Valente, F. P. R., & Lopes, M. C. O. (2015). Para além da punição: (Re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 15(3), 853-870.
- Zúquete, J. G. P. E. D., & Noronha, C. V. (2012). "Foi normal, não foi forçado!" versus "Fui abusada sexualmente": uma interpretação dos discursos de agressores sexuais, das suas vítimas e de testemunhas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(4), 1357-1376. Consultado em 06 de junho de 2019 em <https://www.scielo.br/pdf/physis/v22n4/a06v22n4.pdf>

---

Fecha de recepción: 12 de junio de 2020

Fecha de aceptación: 17 de junio de 2021